



Anais da Assembléia

Nº 048

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 36.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 1991
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colação (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Luiz Antonio Setti, Nelson Justus, Nilton César Servo e Emília Belinati (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 968

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, urgência de votação para o Projeto de Lei Complementar nº 77/91, de autoria do Deputado

Caíto Quintana, que regulamenta o uso e aplicação dos royalties, conforme o artigo 142 da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.05.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O pedido encontra respaldo no fato de que os Royalties já são devidos ao Paraná desde 1º/04/91, portanto factíveis de pagamento a qualquer momento.

Urge, portanto, que este Projeto de Lei Complementar, seja o mais rapidamente possível votado, para que a Comissão instituída possa definir os beneficiários das solicitações e que estas normas possam ser objeto de divulgação a todo o Paraná.

REQUERIMENTO Nº 970

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.05.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Procuradoria Geral da Justiça pela sua preocupação de levar justiça aos carentes nos bairros.

Sala das Sessões, 07.05.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um gesto inédito do Procurador Geral da Justiça, Luiz Chemin Guimarães, que duas vezes por semana acompanhado de vinte outros procuradores se deslocam à periferia para atender a comunidade, prática que passará a ser adotada também em municípios do Interior pelos Promotores dos Municípios.

REQUERIMENTO Nº 959

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, no sentido de determinar aos órgãos competentes o estudo em caráter

de urgência sobre a implantação do Hospital do Servidor Público no âmbito do Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.) talvez um conjunto de prédios existentes no município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 07.05.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O prestigioso jornal "Gazeta do Povo" de domingo, dia 05 do corrente, estampa na 5.ª página ampla reportagem com o seguinte título: "Paraná está perdendo hospital de US\$ 17 milhões".

Diversos outros Estados da Federação como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o Estado de Santa Catarina possuem institutos hospitalares especializados no atendimento ao seu corpo de servidores públicos, os quais se tornaram centros modelares de exercício da arte da medicina, além de assegurarem alto padrão de atendimento aos servidores a que se destinam.

O Paraná carece de solução para este problema, como recentemente se observou, suprimindo apenas uma precária cobertura ao seu corpo de servidores mediante o regime de atendimento convencionado por outros hospitais da rede pública ou particulares. Levantaram-se por várias ocasiões sugestões para estabelecimento de um hospital do Servidor Público do Paraná, que esbararam porém, na indiferença de alguns ou na má vontade de setores que não se dispunham a cumprir a velha máxima que continua ainda mais atual, segundo a qual "a Saúde Pública deve ser suprema lei".

A categoria dos servidores públicos estaduais ultrapassa, com seus dependentes, uma população de meio milhão de almas, acrescida dos servidores federais em exercício no Paraná e mais, os servidores municipais do território do Paraná, chega com facilidade a casa de setecentas mil pessoas. Tão vasta representação de nossa gente está a merecer a atenção mais concentrada da autoridade quanto a atendimento hospitalar.

Ademais, as fontes de recursos para implantação e operação dessa Unidade Hospitalar estão desde logo disponíveis, por força das contribuições legais que os servidores e o empregador (no caso o Estado do Paraná) fazem ao Instituto de Previdência do Estado. Essa entidade pública inclusive, se beneficia atualmente, de uma gestão de alto nível de eficácia, conduzida que vem sendo conforme critérios empresariais apregoados o que por certo deve ter preservado fortemente sua capacidade de investir. Curitiba, como de resto, todo o Estado do Paraná, clama por falta de leito hospitalar.

Tais fundamentos justificam a amplitude da sugestão em tela, a qual esperamos

seja acolhida.

O artigo 38 das Disposições Transitórias da nossa Constituição assegura recursos ao Instituto de Previdência do Estado que serão de grande valia na análise desta proposta.

É assim que vamos tornar realidade um hospital para Servidor Público do Paraná, para orgulho daqueles que sonham, dos que sonharam e daqueles que irão receber esta realidade num futuro muito próximo.

O Centro Hospitalar do Paraná é um projeto que vem sendo trabalhado já há alguns anos, sendo indiscutível sua necessidade, como de resto, vemos também a grande prioridade do Hospital do Servidor Público. Unindo-se todos os recursos chegaremos certamente, a um resultado positivo sobre a orientação segura do Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião e sua eficiente equipe de trabalho que com amor e persistência irão dispensar.

Estamos lançando a semente que irá conduzir desde a idéia inicial até a sua efetiva conclusão.

REQUERIMENTO N° 958

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, no sentido de que sejam viabilizados estudos para a cessão do terreno localizado à Rua Quintino Bocaiuva, próximo à Escola Estadual Santa Maria Goretti, em Maringá, para a construção de um novo prédio escolar.

Sala das Sessões, em 07.05.91.

JUSTIFICATIVA:

Face ao cuidado que se tem com relação a qualidade de ensino e com a segurança de seus alunos, professores e funcionários, que a Direção da Escola Estadual Santa Maria Goretti está a reivindicar a cessão de um terreno para a construção de uma nova escola, haja vista que a atual está em precárias condições de funcionamento, necessitando de reparos e ampliação de seu espaço físico, para que se possa dar um atendimento às solicitações de matrícula para novos alunos.

Em anexo, estamos remetendo cópia de ofícios já encaminhados às autoridades competentes e que se encontram no aguardo de soluções.

Tal medida visa o atendimento desta justa reivindicação e contribuir no alcance de soluções práticas, que amenize o atual quadro da situação.

REQUERIMENTO N° 961

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Es-

tadual que este subscreve pede à Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e à Secretaria Estadual de Educação, que entrem em entendimentos para viabilizar ao povo do conjunto Paineiras - na periferia da Capital - o ensino de quarta a oitava série do Fundamental.

Isto faz, com aval desta egrégia Assembléia, por meio deste requerimento aprovado em plenário.

Sala das Sessões, em 07.05.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Baseia-se nas obrigações de bem comum, e de dar acesso à educação prevista na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Carta Magna do Município de Curitiba, - e atribuídas como responsabilidade dos secretários de Educação, do Estado e da cidade capital do Paraná.

REQUERIMENTO N° 964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, reivindicando a construção de dois acostamentos, nas saídas das rodovias para Rebouças e Inácio Martins, respectivamente. No primeiro trecho, se situa a Avenida João Prtz, na Vila São João, onde residem mais de seis mil pessoas, grande parte delas se deslocando diariamente para o trabalho e escola; quanto à via Noé Rebesco, no Bairro Lagoa, saída para Inácio Martins, moram três mil habitantes, que igualmente trafegam para o centro de Irati. Em ambos os casos, não existe qualquer segurança, por menor que seja, para o deslocamento, sendo freqüentes os acidentes, envolvendo veículos e pessoas que a pé, bicicleta, moto ou de carroça, são obrigadas a trafegarem na própria rodovia, expostas ao permanente perigo, tantas vezes inevitável, como aliás já tem ocorrido.

Pelos motivos expostos, que essa Pasta dê o necessário encaminhamento, adotando medidas que venham a estabelecer a segurança nos mencionados trechos urbanos.

Sala das Sessões, em 07.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 973

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Presidente do Senado e Presidente da Câmara, bem como aos líderes das bancadas partidárias, no sentido de que seja incluída no Projeto de Lei que trata do Plano de Custeio e Bene-

fícios da Previdência, a aposentadoria do trabalhador rural aos sessenta anos e da trabalhadora rural aos cinquenta e cinco, conforme prevê a Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 07.05.91.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 965

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo o recascalhamento da estrada ligando o distrito de Rio Claro do Sul a Serpasta, municipalidade de Mallet.

Consustanciado na iniciativa do Poder Legislativo, o mencionado trecho de nove quilômetros é vital, sob dois aspectos fundamentais. O primeiro deles é a ligação do distrito de Rio Claro do Sul, cuja comunidade proporciona um expressivo fluxo de pessoas que diariamente se deslocam até a sede; a outra questão é a própria empresa lá instalada que, produzindo laminados e pasta mecânica, precisa de adequadas condições de tráfego para o escoamento da sua elevada produção, destinada a vários centros da região sul do País.

Em face do exposto, espera-se o encaminhamento favorável do presente pleito.

Sala das Sessões, em 07.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 962

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual do PDT por Curitiba, pede à Secretaria de Estado da Saúde, na pessoa do Senhor Secretário, a seguinte informação oficial:

Qual deveria ser a contribuição do Governo do Estado do Paraná ao Sistema de Saúde do Município de Curitiba?

Nos dois governos anteriores - José Richa e Álvaro Dias - esta contribuição foi paga alguma vez?

Por que razões o Estado do Paraná não contribui com a saúde do povo de Curitiba como seria sua obrigação constitucional?

Sala das Sessões, em 07.05.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

A população coberta pelo Sistema Municipal de Saúde de Curitiba é de 856 mil pessoas. 300 mil a mais do que três anos atrás. O investimento reservado para este ano é de US\$ 18,70 para cada um destes curitibanos, num total de pouco mais de 16 milhões de dólares norte-americanos. A Prefeitura tem cabido a parcela de 11 milhões, 333 mil dólares. Ao Governo Federal cerca de 4 milhões, 675 mil dólares. O que

não se entende é por que existe "avareza" do Governo do Estado com a saúde do povo, sobretudo na capital.

REQUERIMENTO N° 966

Senhor Presidente.

A Comissão de Saúde desta Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições regimentais, através de seus membros que esta subscrevem, REQUER seja encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde e à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, pedido de informações concernente às providências tomadas por esses órgãos que vissem evitar a propagação da epidemia do Cólera Morbus em nosso Estado.

Justifica a solicitação à gravidade da doença, que assola populações inteiras e cuja principal defesa é o saneamento, a educação sanitária, o tratamento de água e a profilaxia. Preocupa-nos, em especial, as providências junto à fronteira do nosso Estado com o vizinho País, o Paraguai, e as providências de tratamento de água e de educação sanitária nos municípios paranaenses.

É assunto, que por sua relevância, esta Casa não pode ignorar, e no qual esta Comissão de Saúde deverá participar mais efetivamente, em colaboração indispensável e conforme lúdima exigência de suas atribuições.

Sala das Sessões, em 07.05.91.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

(a) DOMINGOS CARVALHO

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, solicitando informações sobre:

a) Que medidas estão sendo tomadas para a preservação do funcionamento da Usina de Itaipu?

b) Existe um trabalho de reflorestamento sistemático, ordenado e de grande abrangência, que garanta a sobrevivência da obra e a preservação ambiental?

Seja dado conhecimento, com cópia deste requerimento, ao Secretário Nacional do Meio Ambiente, ao IBAMA e a Itaipu.

Sala das Sessões, em 07.05.91.

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que, segundo pareceres técnicos, a vida útil da hidrelétrica será seriamente comprometida caso não haja um reflorestamento sistemático e ordenado ao longo dos afluentes da bacia do Rio Paraná, em toda a sua extensão, que evite o

Curitiba, terça, em 07.05.91

assoreamento.

A cobertura natural de vegetação que fixava o solo na região, foi eliminada pela atividade agrícola, o que determina o aumento da erosão com a terra toda sendo carregada para o rio e para o lago.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 162/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Clínica Médico Social Rural de Mandaguari", com sede e foro à Avenida Presidente Vargas, 1.180, no município de Mandaguari, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

A "Clínica Médico Social Rural de Mandaguari", fundada em agosto de 1968 pelos associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandaguari, objetiva oferecer, gratuitamente, assistência médico-hospitalar aos trabalhadores rurais e seus dependentes, beneficiários da previdência e indigentes da região; além de promover campanhas visando à educação sanitária dos mesmos trabalhadores, através de palestras, cursos e programas realizados por profissionais da saúde a fim de orientá-los preventivamente.

Numa época de rigorosas contingências financeiras como a que o País atravessa, mais rigorosas se fazem sentir tais medidas sobre o homem do campo, que luta, não apenas contra seca, granizo, geada e inundações; mas também, e sobretudo, contra a ausência de uma política agrícola que ofereça segurança ao produtor rural. Tais inseguranças tornam o homem do campo alvo fácil para as doenças; e os agrotóxicos usados inadequadamente intensificam as patologias.

Ante o exposto, nada mais justo que a "Clínica Social Rural de Mandaguari" seja reconhecida como sendo de Utilidade Pública, para o que apelamos ao douto Plenário que empreste seu apoio.

PROJETO DE LEI N° 163/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Autoriza a criação da Central de Atendimento de Emergência através de ambulância na Região Metropolitana de Curitiba.

I - O serviço de atendimento de emergência será prestado quando de solicitação

através de chamada telefônica ao número de telefone da Central de Atendimento, que será divulgado pelos órgãos de imprensa.

II - Serão atendidos, também, os pacientes em tratamento, que necessitem de transporte, quando em prescrição médica, e sem condições ideais de locomoção, de maneira programada.

Art. 2º - A Central de Atendimento de Atendimento de Emergência, terá sua sede no município de Curitiba e atenderá aos municípios componentes da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 3º - Esta lei deverá ser regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.91.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

O atendimento emergencial através de ambulância é muito reclamado na Região Metropolitana de Curitiba, onde as pessoas merecedoras de atendimento médico em estado grave, padecem pela falta de atendimento.

Gostaríamos de não chegarmos ao ponto de formalizar em Projetos de Lei, um serviço que deveria estar funcionando plenamente, mas, assim não sendo o projeto se faz necessário.

Os casos de doentes que perecem pela falta de transporte adequado aos hospitais e pronto-socorros da Região Metropolitana tem assustado, os próprios profissionais de saúde consideram a situação grave.

Sabemos, também, que este tipo de serviço deveria ser praticado em todo o Estado, mas consideramos no momento, a Região de Curitiba, com grandes problemas, e serviço se mostrando eficiente, com certeza será implantado no Estado como um todo.

Conclamamos ao companheiros Deputados que aprovem o presente projeto, que se aprovado e implantado, muito beneficiará a milhares de paranaenses residentes nesta Região.

PROJETO DE LEI Nº 164/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Denomina Rodovia Deputado BRANCO MENDES, a Rodovia PR-463, com início no município de Nova Esperança, passando pelos municípios de Uniflor, Cruzeiro do Sul, Paranacity, Lobato, Colorado, Santa Inês e Santo Inácio, até as margens do Rio Paranapanema, na divisa com o Estado de São Paulo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.91.

(a) ARLINDO TROIAN

Apoiamento: João Arruda, Domingos Carvalho, Dalton Machuca, Neivo Beraldin, Heinz Herwig, Nelson Garcia, José Artur Ritti, Valdir Rossoni, Paulo Maia, Orlando Pessuti, Nilton Babosa, Colombino Grassano, Lourenço Fregonese, Plauto Miró Guimarães, Anibal Khury, Mário Bezerra, João Iensen, Hermas Brandão e 01 (uma) ilegível.

JUSTIFICATIVA:

ANTÔNIO CARLOS BRANCO MENDES DE CAMPOS, nascido na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, em 07 de setembro de 1956, mudou-se para a cidade de Colorado, no Norte do Paraná, juntamente com seus pais no ano de 1960, estando naquela época com 4 anos de idade, onde iniciaram no ramo de matadouro.

Alguns anos depois, transformando este matadouro em um pequeno frigorífico, registrou-o na Junta Comercial, em 1974, com "FRIGOMENDES".

Do ano de 1974 a 1988, dedicou-se a sua empresa e à família, mas sempre lutando para conseguir as melhorias de vida para a população de seu município e da região, que de uma certa forma o incentivaram a ingressar na carreira política.

Em 1988, foi eleito Vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro, sendo o mais votado pela coligação PTB/PFL da cidade de Colorado, onde veio projetar-se definitivamente como político sério, honesto, atuante e trabalhador, sempre cumprindo com seus compromissos tanto na área empresarial como política.

Mas, o jovem político não parou na sua trajetória em busca de melhorias para seu município e região, e foi com este trabalho atuante que conseguiu eleger-se Deputado Estadual nas eleições majoritárias de 03 de outubro de 1990, pelo Partido da Reconstrução Nacional - PRN, da Coligação Novo Paraná, utilizando mais uma vez o slogan "FORÇA JOVEM", que já o havia projetado politicamente.

Infelizmente, a trajetória política deste jovem de apenas 34 anos de idade, foi interrompida bruscamente no dia 14 de novembro de 1990, quando retornava de Curitiba para Colorado, veio a sofrer um acidente rodoviário acontecido na BR-369, que o vitimou tragicamente quando veio a falecer.

Este acidente não ceifou apenas a vida de um jovem, mas cortou a trajetória política de um homem cheio de vida, que tinha tantos ideais pela frente, que queria com seu trabalho levar ao povo de seu município e de toda a região, melhores condições de vida através de um melhor desenvolvimento, porque como empresário e ten-

do passado toda a sua vida desde a infância naquela região, sabia e conhecia todos os problemas. Problemas que soube enfrentar com dignidade, e que o povo daquela região ainda enfrenta até hoje.

O Deputado BRANCO MENDES, deixou o mundo dos vivos, com sua morte prematura, mas continua vivo no coração e na lembrança daqueles que sempre souberam admirá-lo e respeitá-lo, porque sempre procurou atender e resolver os problemas daqueles que o procuravam, não somente os assuntos políticos, mas também, procurando resolver de alguma forma os mais diversos problemas que lhe eram apresentados.

Desta forma, Senhor Presidente e demais Parlamentares que compõem este Poder Legislativo, queremos aqui, prestar uma justa homenagem a este jovem político que se hoje não está aqui entre nós, é porque o destino assim não permitiu ceifando sua vida, porque se assim não fosse, ele estaria aqui ocupando o seu lugar, porque os eleitores que o consagraram nas urnas, nas eleições de 03 de outubro de 1990, assim o queriam.

PROJETO DE LEI N° 165/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A letra "d" do art. 1° da Lei n° 9.577 de 14 de maio de 1.991, passa a ter a seguinte redação:

"d" - Poderão se inscrever, mediante expressa manifestação de vontade à direção do Instituto de Previdência do Estado (IPE), os que ocupam cargos em Comissão não abrangidos pelas alíneas anteriores, ressalvados os detentores de vínculo empregatício com o Estado pelo regime CLT, cuja contribuição se encontre disciplinada em legislação específica."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A proposição em causa tem a mais alta procedência técnica e social. Com efeito, ela objetiva dar opção ao funcionário comissionado, mediante manifestação expressa de vontade à direção do Instituto de Previdência do Estado (IPE).

Tomando como referência o universo geral dos funcionários comissionados, que sem estabilidade nenhuma receberam o desconto para o IPE no último contra-cheque, como uma medida configurada de um verdadeiro retrocesso social.

Com efeito, a técnica contemporânea ensina que um sistema previdenciário pode operar em equilíbrio, desde que perfeita-

mente ajustadas às responsabilidades contributivas dos seus componentes. No caso do Instituto de Previdência do Estado (IPE), a previdência social é integrada pelo Estado, pelo funcionário, os quais devem arcar com as contribuições necessárias ao funcionamento do sistema.

Do ponto de vista histórico e social, observamos que se o Governador e o vice-Governador do Estado, os Secretários de Estado e os Deputados, poderão se inscrever no Instituto de Previdência do Estado (IPE), mediante expressa manifestação de vontade, é justo que esta manifestação de vontade seja também estendida aos funcionários comissionados para evitar solução de conflitos, pois, tanto Governador, vice-Governador ou Deputado, estão na categoria de comissionados.

Finalmente, de uma abordagem humanística, notamos que o direito deve ser igual para todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto que nós queremos falar, neste Pequeno Expediente, trata da violência no campo, especificamente no Estado do Paraná. Fatos comprometedores à democracia e à liberdade acontecem no nosso Estado, nestes dias.

Vários fatos já foram denunciados aqui. E, há alguns dias, vimos pela imprensa, uma comissão da Comissão Pastoral da Terra, composta por bispos, sacerdotes e agricultores, comparecendo ao Gabinete do Governador do Estado, para levar denúncias sobre a violência no campo, no nosso Estado, mais especificamente na Região Centro do Estado.

Quero relatar aqui alguns fatos, para situar os Senhores Deputados e esta Casa, do que vem ocorrendo. Apesar de o tempo ser pouco, vamos tentar deixar claro o que queremos transmitir.

Em outubro de 1.990, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Inácio Martins, por realizar assembleias em seu município, cumprindo o seu devido dever, para orientar os aposentados sobre o seu direito negado, roubado, da Constituição Federal, que lhe dá o direito a um salário-mínimo de aposentadoria; por fazer isso, assembleias com os agricultores - para lhes orientar dos seus direitos - foi taxado pelo Vereador José Neri de Lima, daquela cidade, de ladrão. E que estaria roubando dinheiro dos agricultores. E foi intimado, pelo Delegado Sebastião Taborda, da cidade, para depor na Delegacia, simplesmente por isso.

No dia 18 de março de 1.991, o mesmo Sindicato foi invadido por dois elementos, um apelidado de "Maguila", que, segundo informações, é funcionário da Prefeitura de Inácio Martins, cedido para trabalhos na Delegacia de Polícia, e mais um policial civil; que buscando o Presidente para depor, a mando do Delegado, quando o Presidente pediu a intimação, foi agredido, preso e levado à Delegacia para depor, sem nenhuma intimação tendo sido entregue anteriormente.

No dia 26 de março de 1.991, a Professora Maria Dalila - queria pedir a atenção especial dos Senhores Deputados para este fato, ocorrido naquela cidade - a Professora Maria Dalila, juntamente com estudantes que, num ponto de ônibus esperavam o ônibus para ir à faculdade, presenciaram, assistiram à perseguição e à prisão de dois menores, pelo tal "Maguila" e mais um policial chamado Virgílio. Levaram os menores até a Delegacia, tiraram-lhes a roupa e espancaram-os. Isto ocorreu após as aulas, às 17:00 horas. Às 20:30 horas, foram entregues as duas crianças, nas suas casas, com marcas de espancamento pelo corpo. A mãe de um dos menores, no dia seguinte, foi até o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com uma sacola distribuída pelo "homem do chapéu", na campanha; onde constava, na sacola de plástico, os direitos da criança, e perguntou ao Presidente do Sindicato se aquilo valia. Recorreu ao Presidente do Sindicato para tomar providências quanto àquele espancamento dos menores na Delegacia. Tomando as medidas, o companheiro Presidente do Sindicato telefonou para o Juiz de Irati, e o Juiz mandou que fosse feito laudo médico nas crianças. Foi feito o laudo médico pelo Doutor Eugênio Mazeppa. No dia 04 de abril, os menores foram levados a Irati para serem apresentados ao Promotor de Justiça e o inquérito está instaurado.

No dia 08 de abril, um carro da Polícia, conduzido por Hermes Figueiredo da Silva, o "Maguila", passou 12 vezes em frente à sede do Sindicato, para ameaçar e intimidar o Presidente do Sindicato daquela cidade.

No dia 07 de maio, José Fernandes, Presidente do Sindicato, foi à sessão da Câmara Municipal da cidade, para ver sobre um Projeto de Decreto de Utilidade Pública que teria sido aprovado por unanimidade na Câmara e vetado pelo Prefeito, onde, na discussão para entender o porquê do veto e porquê os Vereadores mantiveram o veto, foi agredido e expulso da Câmara por alguns Vereadores que o destratarem.

No dia 14 de março, Tadeu, líder sindical do município de Irati, foi preso pela Polícia, sem nenhum fato comprovado de denúncia. Foi mantido duas horas na pri-

são, intimidado, obrigado a assinar documento sem poder ler na Delegacia, tudo isso para intimidá-lo, porque há uma liderança sindical naquele município!

Senhores Deputados, no mês de abril, só no Paraná, dois assassinatos por violência, ocorreram no campo!

A Comissão Pastoral da Terra, a nível nacional, num relatório, apresenta aproximadamente 100 lideranças sindicais assassinadas, no ano de 1.990. E o Paraná, por desgraça, contribuirá no ano que vem, só nesse mês de abril com dois assassinatos, para este relatório.

Amanhã, às 13:30 horas, estarei em Irati, quando o líder sindical está convocado para depor, no Fórum da cidade, para intimidar e calar a boca das lideranças que lutam por reforma agrária e melhores condições de vida no campo, no nosso Estado. Quero, através disso, neste momento, justificar a minha ausência amanhã, desta sessão, porque estarei lá acompanhando o depoimento deste líder sindical, no Fórum de Irati, a respeito destas incriminações feitas a ele e outras lideranças, para levar o nosso apoio às lideranças daquela região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Erondy Silvério com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Deputados.

A pretexto de justificar a autoria de um jornal mural de ataques vis, infamantes a este Poder Legislativo, o Líder do PT ocupou ontem a tribuna desta Casa, para dizer que as críticas generalizadas que fez têm por objetivo defender o Poder Legislativo. Santa defesa essa, que nós abrimos mão, de bom grado, defesa como essa nós não queremos!

Para os petistas, expressamente o seu Líder, tudo está errado nesta Casa, tudo! Porque eles não conseguiram apoderar-se de sua administração! Embora pretendessem ocupar a 2.^a Secretaria e tenham sido derrotados pelos votos da maioria dos membros desta Casa.

Logo, as acusações do PT são, preliminarmente, eivadas de suspeição! Eles se queixam como a criança porque ficou sem o pirulito; e eles queriam, ainda, um acordo com o atual Presidente da Casa, assenhorar-se do serviço de informática da Casa; não queriam só a 2.^a Secretaria, eles queriam funções na 2.^a Secretaria de 1.^a Secretaria.

Agora, embora queiram se mostrar diferentes, os Senhores Deputados do PT recebem nesta Casa os mesmos subsídios, os mesmos que eu recebo, que qualquer um outro Senhor Deputado recebe...

O Sr. Ovídio Constantino - Não é verdade, Senhor Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Os mesmos subsídios. Então, está mentindo o Presidente da Casa.

Eu não dei aparte a Vossa Excelência, tenha educação, eu não dei aparte a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra, o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Tenha educação, ocupe a tribuna depois e defenda-se, não dei aparte a Vossa Excelência.

Recebemos os mesmos subsídios, inclusive a verba de representação dos demais membros do Poder. Também cuidaram de encaixar em seus gabinetes parlamentares e no gabinete da Liderança do Partido, todos os funcionários que podiam, além de reclamar veículos de representação e gabinetes. Então, logo fica sem base a pretendida superioridade ética com que se põem a criticar a administração da Casa, a fazer inquisição contra os funcionários desta Assembleia, a criticarem compras técnicas para serviços essenciais, como a Coordenadoria de Informática, ou serviços de relevância social, como o Serviço Médico. Inclusive, levantou aqui o Líder do PT a suspeita de que um autoclave teria desaparecido da sede deste Poder. Acho que nós temos que procurar lá no apartamento do Deputado Anibal Khury, Presidente da Casa, ver se ele não levou para casa o autoclave. Foi só o que faltou dizer aqui o Líder do PT, o resto ele falou, as suspeitas ele levantou as mais variadas, sem nenhuma comprovação.

Então, não procedem as críticas do PT, porque, na administração, quando se trata de administrar a coisa pública, este partido tem errado até mais do que os outros. Vamos ver as crises municipais do PT. (Passa a ler):

"A imprensa nacional noticiou, semana passada, que mais um Prefeito de cidade importante deixou o PT. Trata-se do prefeito Victor Buaiz, de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

Buaiz, um médico radical, que fez carreira política e chegou a Deputado Constituinte, era uma das estrelas do Partido dos Trabalhadores. Se ele acabou deixando o Partido, é porque preferiu ficar com o povo, reconhecendo que, com o PT, era impossível governar.

Esse é o problema desse partido de pseudo-vestais, que quando na oposição se acostumam a denunciar a tudo e a todos. Quando algum de seus membros chega ao poder - conquistando alguma prefeitura de cidade importante ou de município - o ra-

dicalismo petista revela a difícil convivência com a realidade. Torna-se impossível governar.

Victor Buaiz, um administrador corajoso, que multou a própria Companhia Vale do Rio Doce e vem procurando recuperar a Prefeitura de Vitória, vinha enfrentando crises sucessivas no seu relacionamento com os petistas. Primeiro foram três Secretários Municipais - da Educação, Fazenda e Comunicação - que se indispuseram com o Prefeito, porque não queriam obedecer à hierarquia natural na administração. Antes o próprio Secretário de Transportes, um militante meio puxado para o anarquismo, chamado Paulo Vinhas, liderou uma greve de funcionários municipais.

Agora, Buaiz passou a ter a oposição de três Vereadores de seu próprio partido.

Com os conflitos constantes, o prefeito de Vitória não conseguia governar. Ele já está no seu terceiro Secretário de Obras, no terceiro Secretário da Fazenda e no terceiro de Comunicação.

Acusando os militantes petistas de terem o "vício oposicionista", o Prefeito se viu obrigado a deixar o partido. Por quê? É que os Vereadores e dirigentes partidários entenderam de censurá-lo por conversar com os empresários, à busca de investimentos na capital capixaba.

O caso de Vitória é exemplar. Em grandes ou pequenas cidades, os Prefeitos petistas se veem diante de um dilema: se querem governar de forma pelo menos razoável, têm que romper com o radicalismo do PT. Assim aconteceu em Salto do Lontra, no Paraná, onde o Prefeito foi eleito, mas se afastou do PT.

Em São Paulo, o Prefeito Jacó Bittar, de Campinas, depois de amargar greves lideradas pelos seus próprios companheiros, viu que não tinha futuro para sua administração se continuasse atrelado aos "basis-tas" do PT e caiu fora.

Na Capital paulista a Prefeita Luiza Erundina está praticamente rompida com o Diretório Municipal do PT, depois que deu um basta à greve dos motoristas da CMTA.

Mesmo assim, Erundina já comprometeu irremediavelmente sua gestão: a companhia estatal de ônibus deu um prejuízo de 123 bilhões de cruzeiros no balanço de 1.990; 123 bilhões de cruzeiros foi o prejuízo dos iluminados, mesmo depois que a Prefeita elevou as passagens para a astronômica cifra de 9.293%, contra uma inflação estimada pelo IBGE em 1.795%. Um absurdo, que mesmo assim não conseguiu tapar o furo do descalabro comandado pelo PT na CMTA.

Erundina ainda elevou os impostos municipais paulistas ao nível histórico mais alto e mesmo assim não se livrou do vexame das galerias pluviais entupidas, provocando inundações e mortes; do lixo acumulado;

das invasões e das favelas.

Antes, tivemos o espetáculo da Prefeita petista de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle, que depois de destruir a Capital cearense, acabou saindo do partido e comprometendo o futuro do Partido dos Trabalhadores na região.

No Rio Grande do Sul, o Prefeito petista de Porto Alegre, Olívio Dutra, segue a cartilha radical do partido, mas a cidade está quase inabitável.

.....

Quer dizer, os petistas são ligeiros em acusar irregularidades que só eles enxergam, são trêfegos em fazer denúncias. Se eles ficassem por aí seriam considerados uns anjos e continuariam recebendo a admiração geral.

O problema é quando se tornam administradores. Maus administradores, pelo que se vê; ou então, são obrigados a se afastar do partido para sobreviverem politicamente.

.....

Enquanto a opinião pública não desperta para essa verdade, os próprios petistas estão se questionando internamente. Divididos entre dezenas de correntes ideológicas, - que vão da reforma moderada até o esquerdismo mais radical - os petistas mais ilustres estão dando marcha à ré. O sociólogo Francisco Weffort, a principal estrela intelectual do Partido, está fazendo uma meditação de seis meses numa universidade dos Estados Unidos e já deu entrevista lamentando que tenha sido tão ingênuo nas suas teses radicais.

O próprio Lula declarou, após visitar a Europa e ter visto pessoalmente a queda do Muro de Berlim, que o caminho é a social democracia reformada, onde é preciso conviver com os adversários e, acima de tudo, respeitá-los."

(Termina de ler)"

É o que não está havendo nesta Casa, um profundo desrespeito deste cidadão que não tem vergonha na cara de vir aqui dizer:- eu assumo a autoria deste mural. Grande coisa! Serve só para limpar "aquilo" o seu mural. Grande coragem a sua de chegar aqui e dizer que assume a responsabilidade. Assume a responsabilidade de uma molecagem. Uma molecagem que não se faz contra um Poder constituído. Contra um Poder que, bem ou mal, representa o povo do Paraná; porque é a única representação legítima, emana do povo. E não serão só estes "três mosqueteiros" aqui dentro que vão ditar normas de comportamento ao resto da Assembléia.

Não precisamos destes conselhos! Não precisamos de suas intervenções!

Até admitiria este vergonhoso mural se eles fossem os anjos que se dizem ser. Se eles não recebessem pelo menos a verba de

representação. Se as acusações que fizéssem aqui as provassem cabalmente. Mas não! É só pelo "ouvi dizer".

O líder do PT, repito, teve a coragem de dizer que a autoclave desapareceu da sede do Poder Legislativo. É muita coragem! É muito peito!

É a mesma coisa que dizer que o Presidente levou para Casa o autocarro e vendeu numa feira de bugigangas, é a mesmíssima coisa. Então nós precisamos dessa coragem do Líder do PT, ninguém falou em cassação de mandato, o que eu disse aqui foi que por muito menos se pretendia suspender um Deputado por 30 dias nesta Casa, por muito menos do que fez o Líder do PT, isto sim é quebra de decoro Parlamentar. Não adianta ele puxar o Regimento Interno, o que vale é a atitude do homem, e a atitude dele foi descabida, foi de um verdadeiro moleque. Verdadeiro moleque, essa é a expressão da verdade. Para mim esse Deputado, de hoje em diante, não passa de um verdadeiro moleque.

Era isso. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

(Continua lendo):

"Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional". Art. 3º da Constituição Federal.

"...a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais". Art. 43.

"A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento". Art. 174, § 1º.

"A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações". Art. 4º, Inciso X, Parágrafo Único.

Dos artigos acima apresentados, infer-se que a Constituição Federal entende que:

1º - Promover ações de desenvolvimento é uma atribuição do Estado a quem compete fazê-lo de maneira harmoniosa, eliminando as desigualdades regionais:

2º - A regionalização possibilita a melhor agregação de fatores para desenvolver ações mais profícuas no desenvolvimento econômico e melhoria do padrão de vida;

3º - Não basta pensar-se em termos internos; é preciso promover a integração

econômica social e cultural das nações, para melhor amparar-se, mesmo preservando cada qual a sua identidade nacional.

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, anteciparam esses fatos em 30 anos ao constituírem o BRDE, em 1961. A visão dos estadistas daquela época já sacramentava o conceito mais moderno materializado na Europa, em 15/04/91, ao ser criado o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. É temerário existirem países altamente desenvolvidos cercados pelo subdesenvolvimento. Os bolsões de pobreza ou de atraso devem ser eliminados, caso contrário causarão a ruína dos países desenvolvidos.

Os países desenvolvidos da Europa, ao criarem seu Banco de Desenvolvimento, há 20 dias, demonstraram competência para analisarem e entenderem o contexto em que estão inseridos.

E nós? Bem, nós fazemos as coisas às avessas. Fundamos um Banco de Desenvolvimento Regional, o BRDE, há trinta anos e queremos, agora, por motivos aparentemente inexplicáveis, extingui-lo.

Vale lembrar aqui que, nos dois últimos anos, o BRDE passou por alguns percalços que ensejaram a intervenção do Banco Central. Sanadas as dificuldades, o Banco voltou a apresentar condições de reiniciar suas atividades, para o que dependia de algumas ações políticas, principalmente da definição dos Governos dos Estados quanto ao BRDE.

- E nada se definiu. O BRDE continua aí apresentando Patrimônio Líquido positivo - no balanço de Dez/90 ele era de Cr\$ 25,0 bilhões. Com tal patrimônio, segundo as normas vigentes, o BRDE pode carear recursos de Cr\$ 300,0 bilhões para a Região;

Durante todo esse tempo, o BRDE manteve sua estrutura pronta a voltar a operar a qualquer momento e sem nenhum custo para os cofres do Estado. Não podemos deixar que o tempo se escoe. A nós está reservado papel importante neste caso. É do nosso conhecimento que parlamentares federais dos três Estados já formaram uma Frente Parlamentar do Sul, cujo manifesto foi assinado por mais de 50 Deputados e Senadores da Região e de todos os partidos. Dessa Frente, surgiu uma Comissão Suprapartidária do Sul que vem gestionando o caso BRDE junto ao Banco Central.

Há muito a se fazer ainda. Nós não podemos nos omitir em questões de tal relevância. Cabe-nos, em primeiro lugar, informarmo-nos sobre o assunto e unirmo-nos numa ação conjunta. Vamos discutir e procurar caminhos. Existem questionamentos cruciantes a serem propostos.

Para isso, eu convoco os Senhores Deputados que já vivenciaram a questão na legislatura passada. O Deputado Pessuti, por exemplo, que já defendeu o Banco, mes-

mo quando isso era difícil. Basta lembrar o seu discurso, em 07.12.89, quando ele se referiu ao BRDE como sendo "uma instituição que presta um serviço necessário a todo o segmento econômico e social do nosso Estado, constituindo-se, pois numa causa justa, perfeita e meritória para o Sul do nosso País". Até entendo a posição de bancada naquele momento da votação da Mensagem. Hoje, a situação mudou.

Eu, de minha parte, devo salientar que sou, ao lado do Deputado Pessuti, um defensor de primeira hora do BRDE, tendo estado sempre presente nas ações que visavam à preservação da Instituição, desde o encontro em Florianópolis, quando se desencadearam as ações parlamentares para preservar o BRDE. E faço isso porque entendo que:

1° - Ao Estado não é permitido eximir-se da obrigação de fomentar o desenvolvimento e ele pode fazê-lo através do BRDE;

2° - A forma jurídica autárquica, sob a qual foi constituído o BRDE, evita que recursos sejam desviados para os cofres da União, através de tributos; ao contrário, esses possíveis tributos permanecem na Região, aqui são reaplicados e aqui geram empregos;

3° - Ao se manter o BRDE, a Região tem nas mãos uma "arma" para lutar pela isonomia entre as regiões. Não posso admitir que a Constituição crie um Banco Regional do Centro-Oeste (Art. 34 DT. § 11) e nós vamos extinguir o nosso. Não admito também que os Bancos Regionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste sejam destinados 3% dos tributos federais (aproximadamente US\$ 600,0 milhões, em 1991), enquanto ao Sul nada se destina (Art. 159, c). O próprio Presidente o Banco Central sugeriu recentemente que Estados Nordestinos criem seu Banco sub-regional, numa clara demonstração de que a regionalização faz parte dos planos do Governo Federal;

4° - A posição geopolítica e econômica da Região Sul é fundamental na integração dos países latino-americanos do Cone Sul. Com um banco regional forte, nós estaremos aptos a desempenhar um papel, importante, neste contexto, e influir nas decisões. Se não o fizermos os outros Estados farão valer a sua hegemonia econômica, e nós continuaremos a ser estados provincianos que se orgulham de ser celeiro do Brasil.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Já dizia Euclides da Cunha. "Ou progredimos ou desaparecemos" e nosso amor pelo nosso Estado não pode ser platônico. Não deixemos que afaquem nosso ego provinciano, desviando os nossos olhos das questões importantes que nos dizem respeito. Ou o Paraná progride ou continuará na periferia econômica. E nós, que representamos a sociedade, não podemos deixar que isto acon-

teça, sob pena de sermos cobrados pela história. E, para não sermos questionados, vamos nós questionar, agora. Por exemplo:

- Será o Paraná um estado tão desenvolvido que não necessite de um Banco de Desenvolvimento?

- Extinto o BADEP, cuja liquidação nos parece irreversível, será realmente interessante que se acabe também com o BRDE?

- Como vamos lutar pela isonomia de tratamento entre as Regiões, se não tivermos uma instituição como o BRDE para congregar os esforços dos três estados do Sul?

- É sabido que os organismos internacionais só repassam recursos para instituições regionais. Se o BRDE for extinto, quem fará isso?

- A flagrante desunião política do Sul em comparação a outras Regiões continuará emperrando ações conjuntas em defesa de interesses regionais?

- Nós, desta Casa, queremos ser apenas um apêndice do Executivo ou pretendemos fazer valer a nossa condição de um dos Poderes Constituídos?

- Queremos nós fazer valer a nossa liderança política nas ações de integração do CONE SUL ou vamos nos enclausurar e satisfazer-nos com a propalada condições de "celeiro do Brasil" tão ao gosto dos estados que querem fazer valer sua hegemonia econômica?

E agora vamos refletir sobre os questionamentos para podermos agir com segurança na condução dos fatos. O BRDE não é apenas mais um Banco. É o nosso Banco Regional de Desenvolvimento.

(Termina de Ler).

Por isso eu faço hoje aqui este questionamento no nosso parlamento, porque na próxima quinta-feira nós teremos em Santa Maria/RS o encontro dos três governadores da região Sul e lá vai-se discutir a questão do BRDE.

Eu encareço a bancada do PMDB, para que se houver tempo ainda, faça uma reflexão a respeito do BRDE, pelo interesse do Paraná, com o Sr. Governador, para que ele vá ao Rio Grande do Sul para ouvir, para debater, mas para cima de tudo analisar bem até onde é interessante para o Paraná perder mais um Banco de Desenvolvimento.

Já perdemos o BADEP, estamos propensos a perder o BRDE. Será que o Banco do Estado vai ter condições de fazer funcionar uma Carteira de Desenvolvimento? Será que o Banco do Estado está preparado para isso? Será que o Paraná vai ficar quieto perdendo todas essas oportunidades, tendo o BRDE como um agente que possa fazer chegar mais fácil e com mais rapidez muito dinheiro para o desenvolvimento do nosso Estado? É este o questionamento e a reflexão que eu peço ao Governador do Estado,

que na próxima quinta-feira estará em Santa Maria, para que reflita. Acho que o Paraná precisa manter-se ao lado do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, ainda com o BRDE fundado há mais de trinta anos e eu friso o exemplo aqui, agora há menos de 20 dias se criou o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento.

Enquanto países desenvolvidos estão criando agora os seus bancos de desenvolvimento, nós, um País subdesenvolvido ainda, estamos acabando, especialmente nós aqui da Região Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

(Declina)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PSB com a palavra

(Declina)

PT com a palavra.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Srs.

Deputados, estou aqui especialmente para responder algumas acusações que foi feito pelo Líder do PTB. Nós temos algumas coisas a dizer. Uma delas a respeito da cegueira: o pior cego é aquele que não quer ver. Aí ele critica aquele que enxerga. Alguns cegos não conseguem enxergar o que ocorre na política brasileira e alguns não conseguem enxergar o nome do Deputado que fez o jornal Mural, apesar de estar em letras garrafais. Precisou o Deputado vir aqui para assumir, porque cego como o Deputado Erondy não conseguia ler o nome e nem enxergar as corrupções que existem na política brasileira.

Quanto a dizer que o jornal serve para limpar "aquilo", nas palavras do nobre Deputado, primeiro vai ter que definir o que é "aquilo", se é o mesmo roxo que o Collor tem, de justamente políticos que saltam de partido em partido, salta de "aquilo" em "aquilo" que deixa os "aquilos" dos governantes bastante roxo de tanta gente pendurada para poder ficar e se manter na política. Disse que o Deputado, meu companheiro da Bancada, Ernani Pudell, é um moleque. Não é um homem. Homem todos nós somos e a idade do nosso partido é de um partido de onze anos de idade. Talvez ele queira dizer que este partido tem a rebeldia e tem o radicalismo de uma juventude e vai continuar radical e vai continuar rebelde, porque não se vende a troco de favores para governante nenhum. Não pula de galho em galho para governante nenhum. Não fica votando em projetos de governante nenhum, igual a quem está aqui dentro há

vinte anos e que só faz isto: alisar a bota de quem está no Governo aqui do lado, de plantão. Falar em ética realmente, quem é o Deputado Erondy para falar em ética? Nós entendemos uma ética sim: a ética contra a corrupção, a ética contra a exploração e a opressão. Talvez nós não temos ética ao dizer o que está acontecendo nos poderes públicos. Disse que nós do PT recebemos todos os subsídios. Sr. Deputado, mude de informante, tá. Recebemos o salário como todos. Recebemos a verba de representação como todos e não recebemos a verba de assistência social. E vai ter que mudar de informante também a respeito do Partido dos Trabalhadores, porque o SNI está informando incorretamente, porque tudo o que foi dito a respeito não é verdade. O Partido dos Trabalhadores tem programa. O Partido dos Trabalhadores tem Regimento Interno e não é local de nenhum aventureiro e de nenhum que fica pegando no "aquilo" dos governantes para mudar de Partido. Portanto, se o Partido dos Trabalhadores chegar um dia no Palácio Iguaçu não venha querer pegar "naquilo" porque não vai ter porque nós vamos respeitar o nosso programa. Informante que informou Vossa Excelência que o Prefeito Vitor Buaiz saiu do Partido, informante que informou que mudou-se não sei quantos Secretários está totalmente incorreto, inclusive sobre a declaração de Lula a respeito do leste europeu. Nós temos críticas ao leste europeu desde a fundação do Partido e portanto esse informante não está passando os documentos adequadamente.

Gostaria de ter um maior tempo possível para poder dizer a respeito de qual foi a administração de Eduardo Suplicy na Câmara de Vereadores, a respeito do programa de saúde do Partido dos Trabalhadores frente às Prefeituras, das escolas e da creche. O tempo não é possível porque está escasso. E o Deputado que tanto acusou acabou de se retirar do Plenário. Então não tem por que ficar falando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.
(Declina)
PFL com a palavra.
(Declina).
PRN com a palavra.
Deputado Rossoni com a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que me traz à tribuna hoje, rapidamente, ocupando a Liderança do PRN, são dois assuntos: primeiro, que amanhã entro nesta Casa com um projeto de lei, no qual fixa o salário de Deputado no mínimo de um salário-mínimo e ao máximo. Aí o Deputado...espero ter o apoio de to-

dos os Deputados para que se aprove e aí nós vamos ver a opção dos Srs. Deputados.

O segundo assunto eu gostaria de ter explicações sobre a maneira como me comporto neste plenário do Deputado Paulo Maia. O Deputado Paulo Maia diz aqui num ponto da sua entrevista, que deixa transparecer que as atitudes da Bancada do PRN e as atitudes da Bancada do PFL e do PTB não são corretas. Eu gostaria de pedir ao Deputado Paulo Maia que respeitasse a Bancada que eu lidero, quando ele diz que "tem uma cabeça pensante, mas não pode agir como age o PRN". Eu quero dizer ao Deputado Paulo Maia, eu respeito as suas posições, e por muitas vezes aqui nesta Casa votamos juntos, mas não quer dizer com isso que eu aprove o seu Partido, mas eu sempre me mantive discreto e, principalmente, com a correção que eu pratiquei desde o início da minha carreira política e quero continuar a praticar.

Então, eu gostaria de pedir ao Deputado Paulo Maia quando deixa transparecer aqui que as atitudes do PRN dentro desta Casa não deixa claro o que são as atitudes do PRN, eu gostaria que o Deputado Paulo Maia analisasse as atitudes dessa Bancada e também nos respeitasse como Bancada como nós respeitamos o seu Partido. Não quer dizer com isso que eu concorde com o seu Partido, mas não quer dizer com isso, também, que eu venha aqui fazer críticas pessoais ao seu Partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PSB.
Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu acho bastante prudente que, de fato, o Líder do PRN toque a respeito dessa matéria que saiu hoje no "Jornal do Estado". Se o nobre Líder pensa que eu vou fazer esse tipo de jogo, de jogar o seu Partido contra o meu ou contra qualquer partido, ou que essa atitude venha a ser a minha neste plenário, eu acho que está enganado completamente.

Quando entrevistado por esse jornal eu dizia que nós faríamos aqui dentro uma atuação independente, que nós denunciaríamos, que nós defenderíamos, que nós estaríamos com a verdade quando esta estivesse defendendo os interesses do povo do Paraná. E se Vossa Excelência entender que o que está dito aí serviu como exemplo ao seu Partido, eu não posso fazê-lo pensar diferente. Mas em momento algum tive intenção de atacá-lo, tive a intenção de atacar o seu Partido, e o respeito pelas posições que Vossa Excelência venha a tomar, como também não quero que nenhum Partido ou Deputado venha a pensar como eu

pensar nesta Casa. Na hora em que eu quiser falar eu quiser falar eu vou falar, quem acha que está se ofendendo tem que fazer o que Vossa Excelência está fazendo e, obviamente, não me preocupa as atitudes que, porventura, venha a ferir este ou aquele Parlamentar. Agora eu acho que estou aqui para esclarecer. Não pretendo e nem tenho a intenção de entrar em choque com partido político desta Casa ou Deputado, mas obviamente o que o Deputado Paulo Maia tiver que falar, a respeito da atuação do Governo do Estado, dos Governos dos Estados, dos Governos Municipais, tiver que ser criticado pelas suas próprias atuações, ele arcará com as consequências disso. Agora não pense Vossa Excelência que eu tenho a intenção de questionar as suas posições. O Senhor foi votado pelo povo, sabe o que o Senhor prometeu em palanque, eu sei do que eu falei em palanque e em cima disso eu vou continuar atuando dentro deste plenário.

O SR. VALDIR ROSSONI - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

O que deixa entender a nota é que parece que suas posições aqui no plenário, votando com as mesmas posições do PRN, com as posições do PFL e do PTB denigrem o seu Partido. É o que dá parecer na nota.

O SR. PAULO MAIA - Em hipótese alguma. Em hipótese alguma jamais me preocupei com isto. E quando este jornalista me questionava a respeito de estar votando, e inclusive ele me trazia a preocupação de que eu era um dos Deputados que estava sendo ajeitado para me cooptar com o Governo. E eu dizia a ele que ele estava enganado. Eu votarei com o PRN, votarei com o PFL, votarei com o PL, votarei com o próprio PMDB quando o processo que aqui estiver sendo votado interessar aos trabalhadores do Paraná e aos trabalhadores brasileiros. E não tenho vergonha nenhuma de criticar, de falar o de ser criticado por posturas dentro deste plenário. Creio que esta é a atuação que o político deve ter dentro desta Casa. Ele fez uma proposta política, foi a palanque, prometeu uma solução para a saúde, prometeu uma solução para a educação, prometeu uma solução para a habitação e de fato, quando chega ao poder, muita gente se esquece disto. E esta realidade nós temos que falar. Por quê? Porque o nosso compromisso aqui dentro é com o povo do Paraná, é com o Governo quando ele atende aos interesses do Paraná, é em criticá-lo quando ele contrariar esses interesses. Esta postura nós sempre teremos aqui dentro desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mário Bezzerra, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 026/91, de autoria do Deputado Carlos Simões, que isenta da Taxa de Segurança conforme especifica, os atos e documentos relativos à identidade civil. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 047/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que isenta de sessenta e cinco anos do pagamento das taxas para expedição da segunda via de Certidão de Nascimento, Casamento e Óbito. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 067/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui no âmbito do Estado do Paraná, o prêmio "Estado do Paraná", conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 074/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre a divulgação das apresentações de veículos automotores furtados. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, devidamente

té apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI N° 74/91**

Inclua-se no artigo 1° do Projeto de Lei n° 74/91, o seguinte parágrafo único:

Art. 1° -.....

Parágrafo Único - A lista de veículos, de que trata o "caput" deste artigo, deverá ser publicada, no mesmo prazo, em outros órgãos de comunicação do Estado.

Sala das Sessões, 07.05.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento: João Arruda, Renato Adur, Lourenço Fregonese, Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

A veiculação do Diário Oficial do Estado é restrita a órgãos públicos e a pequena parcela da população interessada ocasionalmente em suas publicações.

A inserção do Parágrafo Único, do Projeto de Lei em questão, visa ampliar as possibilidades de que a lista de veículos furtados no Estado atinja uma parcela maior da população.

Tal divulgação em veículos de comunicação de massa, facilitará não somente o acesso mais rápido a informação, como também poderá facilitar na identificação e localização dos automotores furtados, vindo a população colaborar na recuperação dos mesmos.

O alcance social desta medida, justifica-se plenamente, uma vez que o povo e Governo unidos, poderão dar uma resposta mais rápida coibindo a ação dos marginais que atuam no setor, aliviando as tensões sociais daqueles que vêm seus veículos furtados ou dos que vivem na insegurança de a qualquer momento serem despojados de bens pessoais, muitas vezes adquiridos com tanto sacrifício.

Nestas condições, esperamos contar com a aprovação dos Senhores Deputados, na aprovação da presente Emenda Aditiva.

O Projeto retorna à Comissão de Justiça por 48 horas.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°

111/91, de autoria do Deputado Renato Adur, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal, Pitanga/Mato Rico/Roncador. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 134/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do artigo 1° da Lei n° 9.351, de 23.08.90, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 135/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública, a Federação das Misericórdias e Hospitais Filantrópicos do Estado do Paraná - FEMIPA. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 138/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública o Lar Espiritual, Luz, Amor, Verdade, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo, por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 970, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 968, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 962, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 966, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Antônio Setti, Toti Colaço, Domingos Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 969, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 958, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 959, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 961, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 964, 965, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 972, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 955, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Dr. Rosinha e Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para encaminhar) Senhor Presidente, talvez não fosse nem encaminhamento e me parece que existem dois requerimentos no mesmo sentido, eu questiono a Mesa, se os dois não poderiam ser votados conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Votação de cada Requerimento. Senhores Deputados que aprovam o requerimento ...

O SR. JOSÉ TAVARES - (Para encaminhar) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares, para encaminhamento de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados; primeiramente eu buscaria junto a Mesa, uma informação de qual dos dois requerimentos assinados pelos três Deputados do partido dos trabalhadores que está sendo colocados em votação neste momento, porque são dois, um dirigido aos Presidentes da Câmara e do Senado e aos Líderes Partidários, e um outro ao Excelentíssimo Presidente da República; qual dos dois que está sendo colocado em votação Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) É o dirigido ao Presidente da República.

O SR. JOSÉ TAVARES - Então Senhor Presidente, eu peço permissão a Vossa Excelência e a Casa, para analisar, para encaminhar este e o outro, porque se trata de assuntos semelhantes, apenas endereçados à autoridades diferentes, porque não teria sentido eu voltar à Tribuna, para encaminhar o mesmo requerimento, só porque ele foi dirigido a outra autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está de acordo com Vossa Excelência, mas só quer alertá-lo que o primeiro requerimento que está em votação é manifestação de desagravo, desagravo ao Presidente da República e o outro é de apoio ao Inciso Artigo n. 202 de Constituição Federal, Vossa Excelência quer discutir os dois?

O SR. JOSÉ TAVARES - Perfeitamente, Senhor, Presidente, e gostaria de rapidamente informar à Casa, o que é que está se votando. São dois requerimentos, subscritos pelos Deputados do Partido dos Tra-

balhadores, um dirigido ao Presidente da República, através do qual manifestavam voto de desagravo pelo encaminhamento do Projeto que trata do Plano de custeio e Benefício da Previdência ao Congresso Nacional, por não ter contemplado, e inserido no referido Projeto a questão da aposentadoria do trabalhador rural e da trabalhadora rural, o que realmente constitui, sobre o meu ponto de vista uma falta grave, porque é um preceito constitucional.

O segundo, requer aos Presidentes da Câmara e do Senado e a todas as Lideranças, que esta Casa se manifeste contrariamente ao Projeto de Lei encaminhado ao Congresso pelo Governo Federal.

A respeito das duas matérias eu gostaria de dizer rapidamente o seguinte: há poucos dias coloquei aqui a posição do meu Partido o PMDB, com relação ao Projeto de Reconstrução Nacional do Presidente Collor. E dentre as várias matérias que aquele Projeto tratava, também se discutia a questão da Previdência Social ou da Seguridade Social, que engloba saúde, assistência social. E dizia naquela oportunidade: que um dos assuntos que mais exigiu da Assembléia Constituinte, discussão, análise e dedicação, foi especificamente a questão da Previdência Social, e que em decorrência disso, o Congresso Nacional após promulgada a Constituição, teria que votar uma Lei Complementar e que esta Lei teria que ser de iniciativa do Poder Executivo. O então Presidente Sarney, enviou ao Congresso, a Lei Orgânica da Previdência Social ou Plano de Custeio e Benefício da Previdência. Nós levamos dois anos discutindo e depois para votar esta matéria, foi um tempo na minha opinião, exagerado demais. Mas, numa casa política, onde se quer buscar o consenso nacional, isto é perfeitamente compreensível. E depois de dois anos votamos esta Lei, que atendeu aos interesses do Governo, que tem que ser levado em altíssima consideração, porque é ele o gestor dos recursos provenientes da arrecadação das obrigações previdenciárias, quer do empregado, quer do empregador.

Foi, também, levado em consideração, os interesses dos trabalhadores, que igualmente têm que ser levados em altíssima consideração, porque afinal de contas, é ele quem paga a conta.

Foram levados em consideração outros aspectos da economia nacional, para depois, então, votar em caráter definitivo esta matéria.

Votamos à matéria, depois de dois anos. Quando ela foi à sanção do Presidente da República, o Presidente já era outro. Era o atual Presidente Fernando Collor. O que é que fez Sua Excelência? A As-

essorado pela Ministra Zélia, pelos Ministérios da área econômica, ele vetou "in limine" o Projeto de autoria do seu antecessor, que por dois anos foi exaustivamente votado pelo Congresso Nacional.

E nós, então, ficamos numa situação de extrema dificuldade e desconforto, porque eu nunca recebi tantos apelos na minha vida quanto de aposentados, de trabalhadores que já tinham tempo para se aposentar, de trabalhadores que já estavam completando o tempo de aposentadoria, querendo saber como é que eles iriam agir a partir daquele momento, porque eles já não suportavam mais ganhar o que estavam ganhando, com aposentadoria depois de mais de 35 anos de contribuição, ou depois de mais de 70 anos de trabalho na zona rural.

Eu respondia a eles que o que nós tínhamos que fazer era exigir do Governo Federal, do atual Governo Federal que enviasse o mais rapidamente possível ao Congresso, um novo Projeto de planos e custeios e benefícios da Previdência Social.

Agora, o Governo remete este Projeto ao Congresso Nacional, e lamentavelmente ele omite, no seu texto, a aposentadoria do trabalhador rural aos 60 anos e da trabalhadora rural aos 55 anos. Isto é lamentável. É lamentável, sem sombra de dúvidas.

Mas, o fato do Governo não ter contemplado a questão do trabalhador rural não nos autoriza manifestarmos contrariamente a um texto que está lá no Congresso, e que nós nem sequer conhecemos.

Pedi esta semana à Liderança do PMDB, na Câmara, que me enviasse o mais rapidamente possível o texto, para que eu pudesse dele tomar conhecimento e a respeito do mesmo pudesse me posicionar.

Por esta razão, Senhor Presidente, é que eu não posso votar favoravelmente a este Requerimento, da forma como ele está redigido. Porque se de um lado, realmente, há omissão, no que diz respeito à aposentadoria do trabalhador rural e é lamentável, do outro lado nós temos que levar em consideração aspectos positivos, que com certeza o Governo procurou contemplar no Projeto que acaba de remeter ao Congresso Nacional.

Portanto, Senhor Presidente, em razão destes argumentos, eu estou encaminhando à Mesa um outro Requerimento, que talvez possa conciliar os interesses dos diferentes Partidos com assento aqui na Assembléia, e para cujo Requerimento eu pediria o apoio do Partido dos Trabalhadores, no sentido de apelar ao Senhor Presidente da República, aos Presidentes da Câmara e do Senado, aos Líderes Partidários no Congresso Nacional, para que adotem todas as providências possíveis, legais, regimentais e políticas, no sentido de se in-

cluir, através de Emenda, neste Projeto que o Governo remeta ao Congresso, de um novo plano de custeio e benefício à Previdência: a aposentadoria do trabalhador rural aos 60 anos e da trabalhadora aos 55 anos.

Falo, Senhor Presidente, com absoluta autoridade, porque na Assembléia Constituinte fui um dos autores da Emenda que transformou em Texto Constitucional a aposentadoria aos 60 anos para o homem e aos 55 para a mulher.

Por estas razões, eu quero reafirmar, aqui, um apelo ao Plenário para que votemos o meu Requerimento apelando a estas autoridades para que incluam no Projeto a defesa constitucional da aposentadoria do homem da mulher que trabalharam nos campos brasileiros.

Por estas razões rejeitamos os dois requerimentos do Partido dos Trabalhadores, porque, na minha opinião, estes Requerimentos saindo daqui com o apoio da Assembléia, em nada contribuirá para resolvermos um problema que é crucial e que já deveríamos tê-lo resolvido há 2 anos atrás e não resolvemos, muitas vezes até for omissão! De cuja omissão em momento algum eu participei, e os Anais do Congresso Nacional estão lá para comprovar isso para a História!

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI - (Para encaminhar)

Eu só queria colocar a posição da Bancada do PRN e pedir aos companheiros que apoiassem a posição do Deputado Tavares, de rejeitarmos os dois requerimentos e apoiarmos o do Deputado Tavares.

Muito obrigado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - (Para encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Os nossos requerimentos têm o objetivo de levantar a preocupação desta Assembléia para que não passemos despercebidos, e cada um dos Senhores Deputados será cobrado, tenho certeza, no primeiro dia em que se defrontar com os trabalhadores rurais do Estado do Paraná se não nos manifestarmos sobre este ato inconstitucional, desrespeitoso do Presidente da República!

Quero encaminhar para que nós possamos, talvez, conciliar a proposição do Deputado José Tavares com os nossos requerimentos. Mas, não concordamos com a retirada dos nossos requerimentos.

Poderemos concordar em adiar a discussão, para que, juntamente com o Deputado José Tavares, nós possamos juntar as preocupações quanto ao fato.

Pedimos um voto de desagravo ao Presidente da República, porque não é possível, Senhores Deputados, em 1988 a Constituição Federal foi escrita, e no parágrafo

1º do artigo 202, diz o seguinte, claramente: "Aos 65 anos de idade para o homem e aos 60 anos para mulheres, reduzidos em 5 anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos. Para que os que exerçam as suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal, tenham a sua aposentadoria, com 55 anos de idade a mulher e 60 anos o homem".

Nós assistimos e vimos, durante 12 anos que trabalhamos no Sindicato de Trabalhadores Rurais de nossa cidade, e o Deputado Bezerra, que foi representante do FUNRURAL, numa cidade onde reside sabe, sentiu como nós, na carne, e talvez muitos outros, o que é chegar um miserável de um trabalhador rural, após 65 anos de trabalho, corcunda, cabelos brancos, pedir pelo amor de Deus a ajuda para procurar documentos para conseguir uma aposentadoria de 1/2 salário-mínimo, a vergonha de 1/2 salário-mínimo, e que se apressasse isso para que não viesse a aposentadoria após ele morrer, porque ele estava vendo que o dinheiro ia chegar depois que ele estivesse na sepultura. E desrespeitosamente o Presidente da República manda para o Congresso um projeto de lei desconsiderando isso! Que no País inteiro, durante a elaboração da Constituição os agricultores assinaram projetos de lei, emendas populares à Constituição, para reduzir esta idade. Porque só não vê quem não quer, se o trabalhador urbano ou qualquer outro contribuinte da Previdência tem o direito à sua aposentadoria após 30 ou 35 anos, é lógico e o conhecimento é de todos de que aos 10 anos de idade o filho do agricultor já está indo para a roça trabalhar. Muitos até de bóia-fria saindo de madrugada pelos caminhões, pelas ruas, pelas estradas do interior do Paraná. Portanto, se considerarmos apenas que de quinze anos em diante o filho do agricultor começa a trabalhar, ele já estaria se aposentando com 50 anos de trabalho, quando um outro trabalhador tem este direito aos 35 anos. Portanto, é irremediável a atitude deste decreto do Presidente, que desconhecendo esta Constituição, manda para o Congresso o projeto de lei mantendo no mesmo nível e não respeitando esta diferença.

Só darei um dado para Vossas Excelências terem conhecimento do aumento ou redução de idade para esse projeto. Os trabalhadores rurais teriam um custo adicional para previdência social de apenas 267 bilhões de cruzeiros, para um orçamento de 557 bilhões, ou melhor, 6 trilhões, apenas 267 bilhões num orçamento, 6 trilhões.

Não podemos aceitar que os trabalhadores rurais paguem o pato, agora porque roubam da previdência, o miserável do

agricultor vai ter que pagar o pato aceitar o aumento de cinco anos do seu direito à aposentadoria. A pior injustiça que se pode fazer neste país aos agricultores, aquele cidadão que produz o alimento para a mesa dos nossos filhos, para as nossas mesas, e que neste momento se veem traídos pela simples vontade do Presidente da República.

Quero dizer então, para concluir, que é inadmissível que esta Casa tome alguma posição neste sentido, e que nós mandemos alguma coisa, uma posição contrária, pode até ser de outra forma, mas que nós não devemos nos furtar de nos manifestar como representantes do povo do Paraná, de dar a nossa contribuição e o nosso desagravo.

Queremos também que o Congresso Nacional tenha essas informações, por isso que já tem e deve ter, porque tem Deputado, trabalhadores rurais, inclusive do nosso Partido eleitos, mas o Congresso se recusa a aceitar este encaminhamento de lei, com essa preposição do Presidente da República.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, solicito ao Deputado José Tavares que conjuntamente discutamos, para a sessão de amanhã, a elaboração de um requerimento, de uma proposição, com o voto desta Assembléia a respeito deste assunto; caso contrário, nós mantemos os nossos requerimentos em discussão e votação nesta Assembléia. E queremos dizer aos Senhores Deputados, lamentavelmente, teremos, o povo do Paraná tem a obrigação, terá a obrigação de cobrar, a consciência de cada um, para termos uma posição segura quanto a este fato deste projeto do Presidente da República.

Só para complementar, mais um dado para encerrar. No projeto do Presidente da República também não contempla nada sobre os benefícios por acidentes de trabalho que, neste País afora, milhares de trabalhadores nas construções civis, ou em outras áreas, estão sujeitos. Hoje têm que enfrentar uma burocracia sem tamanho, muitas vezes recebendo uma miséria. E o Presidente da República não contempla nada em seu projeto sobre este particular de acidentes de trabalho. É isto.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acho que estamos numa encruzilhada. De um lado o PT com um requerimento radical de desagravo. De outro, um requerimento do Deputado Tavares, mais para sensibi-

lizar o Governo. Acredito que poderíamos chegar a um consenso, Senhor Presidente, porque as matérias que são discutidas na Assembléia, algumas vezes, são distorcidas lá fora. O Deputado do PT, que acabou de se pronunciar, colocou muito bem. Acredito que os trabalhadores rurais do Brasil não estão satisfeitos com estas medidas do Governo Federal.

Por outro lado, o requerimento do Deputado José Tavares é o que está obtendo consenso entre os Deputados. Sugiro ao Deputado Tavares que converse com os Deputados do PT a fim de chegar a um consenso e remeta este documento amanhã, depois de amanhã, ou na semana que vem. Porque lá fora poderão entender diferente, de que a Assembléia, de que o PRN, de que o Deputado Bezerra, votaram contra o desagravo ao Presidente da República e votaram contra os trabalhadores rurais.

Então, Senhor Presidente, quero ser muito cuidadoso com o voto desta matéria. Esta é a minha opinião. Apelo para a consciência do Deputado Tavares e a consciência do Deputado Ovídio Constantino para que entrem num consenso e possamos acertar este impasse. Sou pelo consenso. Não contra o requerimento de Vossa Excelência, nem sou contra o requerimento do Deputado Tavares. Sou pelo consenso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 20 do Regimento Interno: "Compete ao Presidente... Inciso XI: estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações".

A Mesa entende... V.Exa. quer fazer uso da palavra?

O SR. ERNANI PUDELL - Queria apenas dizer que analisei os 2 requerimentos e o teor é praticamente idêntico. Talvez o requerimento da bancada do PT traga algumas preocupações. É mais uma diferença de ponto. Acredito que o ideal é sentarmos com o Deputado Tavares e amanhã encaminharmos um requerimento conjunto da bancada do PT com a dele, já que ele teve a preocupação e iniciativa idêntica à nossa. Acho importante. E as duas iniciativas não se chocam. Acredito que poderemos fazê-lo em conjunto, até com o apoio e subscrição de outros Deputados, se assim o desejarmos.

O SR. VALDIR ROSSONI - Para encaminhar, Senhor Presidente. Só gostaria de dar uma explicação porque também estávamos com um requerimento da forma que o Deputado do PMDB tinha e também concordamos com a sugestão para que seja encaminhado ao Congresso Nacional. Só não concordamos com a maneira como foi colocado o requerimento

do PT. Gostaríamos que fossem votados requerimentos do PT rejeitados e o requerimento colocado do Deputado Tavares que vem apoiar a posição de todos os trabalhadores rurais do Paraná e do Brasil que fosse aprovado. Ou se chegasse a este consenso sem as palavras que estão sendo colocadas pelo PT.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu entendo que na medida que se vota o requerimento do Deputado José Tavares evidentemente já ficam prejudicados os outros dois requerimentos do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa passa a decidir, o requerimento do Deputado José Tavares tem objetivo definido de que o Congresso Nacional e o Presidente da República revejam a posição de que trata do plano de custeio e benefícios da Previdência, a aposentadoria do trabalhador rural aos sessenta anos e da trabalhadora rural aos cinquenta e cinco anos, os requerimentos do PT apenas protestam, não indicam sugestões.

Submeto a votos o requerimento do Deputado José Tavares e considero prejudicados os demais requerimentos se o requerimento do Deputado José Tavares for aprovado.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito da Mesa esclarecimento sobre qual é a data de entrada dos respectivos documentos na Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento de V.Exas. foi encaminhado na sessão de ontem, e a discussão foi adiada para a sessão de hoje, e o requerimento do Deputado José Tavares foi apresentado na sessão de hoje eu entendo que na forma de substitutivo aos requerimentos de V.Exas. Em votação o requerimento do Deputado José Tavares. APROVADO. Prejudicados os demais.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, novamente, nós gostaríamos de ver colocado em votação o nosso requerimento, porque pela própria informação de V.Exa. ele deu entrada na data de ontem, por isso antecede ao documento do Deputado José Tavares. E como V.Exa. já complementou que são de teores diferentes no nosso entender se o teor é diferente ele deve ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento de V.Exas. não tem objetivo definido, e o requerimento do Deputado José Tavares define, o Presidente da República ao encaminhar um projeto não é dono do projeto, ele vai ser submetido ao

Plenário. V. Exas. apenas protestam contra a decisão do Presidente da República. Mas se V.Exa. insistir eu coloco em votação.

O DR. ROSINHA - O Regimento Interno nos dá esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não dá. E eu já submeti a voto. Mas eu vou atender V.Exa.

Os Senhores Deputados que aprovam os dois requerimentos do PT queiram levantar-se. Rejeitado.

Requerimento de n° 956, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior.- Rejeitado.

Requerimento de n° 973, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente.- Aprovado.

A Mesa anuncia para amanhã às 11 horas sob a Presidência do Deputado Algaci Túlio a instalação da Comissão da CPI da Saúde, e ainda convida os Senhores Deputados para o fórum sobre as Universidades do Paraná, das 9 às 12 horas.

O SR. ALGACI TÚLIO - Está tendo seqüência inclusive, agora, no período da tarde com a presença dos quatro reitores das universidades estaduais e com a presença do Secretário de Tecnologia Maurício Fruet.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, a respeito da outra Comissão aprovada nesta Casa de Leis que V.Exa. se dispôs em nome da Assembléia Legislativa marcar audiência com o Governador Roberto Requião, gostaria de consultar V.Exa. se já foram feitas gestões ou serão feitas imediatamente, aquela comissão interparlamentar recebida pelo Governador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa autoriza o Deputado Algaci Túlio para proceder os entendimentos junto ao Poder Executivo no sentido de que essa audiência seja concedida imediatamente.

O DR. ROSINHA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 126/91.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 106/91.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril de hum mil novecentos e noventa e hum, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a Presidência do Senhor Deputado Alceu Swarowski. Compareceram os seguintes Deputados membros da Comissão: João Iensen, Emília Belinati, Duílio Genari e Mário Bezerra. Participou da reunião o Deputado Florisvaldo Fier. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 67/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Relator Deputado Mário Bezerra, parecer FAVORÁVEL, APROVADO. Em seguida o Senhor Presidente manifestou o seu descontentamento pela instituição de uma Comissão Especial para analisar assuntos da educação, uma vez que existe a Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esporte devidamente instalada e que vem desempenhando sua função com eficiência. Foi encaminhado à mesa, pelo Deputado Plauto Miró, sugestão de um Fórum sobre o ensino Superior do Paraná, com pauta previamente definida. A Deputada Emília Belinati e o Deputado Florisvaldo Fier, apoiaram a sugestão do Fórum na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Em seguida foi deliberado que esta Comissão reunir-se-á no dia 08 de maio de 1991, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio (Plenarinho), para discutir problemas da educação no Paraná, com os Reitores das Universidades Estaduais de Londrina, Ponta Grossa, Maringá e da UNIOESTE. Foi acordado que a Deputada Emília Belinati providenciaria os Convites aos Reitores bem como à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos Deputados presentes à reunião, pelo Senhor Presidente da Comissão e por mim Alan Marcos Andrade, secretário.

(a) ALCEU SWAROWSKI
Presidente

(a) ALAN MARCOS ANDRADE
Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de abril de hum

mil, novecentos e noventa e um, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sob a Presidência do Senhor Deputado Alceu Swarowski, mais a presença dos seguintes Deputados: Emília Belinati, Mário Bezerra e João Iensen. Havendo número legal o Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 94/91. Relator: Deputada Emília Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 116/91, de autoria do Deputado João Preis. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Em seguida, a Deputada Emília Belinati passou à mesa a nova pauta da reunião a realizar-se no dia 08.05.91, no Plenarinho desta Casa, com os Reitores das Universidades Estaduais do Paraná e solicitou ao Presidente da Comissão que o mesmo convide pessoalmente para a reunião, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o Chefe da Casa Civil, Secretário da Educação, da Cultura, do Planejamento, Administração, Ciência e Tecnologia, uma vez que todos os demais convites foram feitos através da Deputada Emília Belinati. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos Deputados presentes à reunião, pelo Senhor Presidente, e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário.

(a) ALCEU SWAROWSKI
Presidente
(a) ALAN MARCOS ANDRADE
Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA

7.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente, na sala de reunião das comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Lourenço Fregonese, Hermas Brandão, Antonio Costenaro, Ovídio Constantino, João Iensen, Plauto Guimarães, Durval Amaral e Valdir Rossoni. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. O Senhor Presidente, comunica a ausência justificada dos Senhores Deputados Nelson Justus, Mário Bezerra e Luiz Carlos Martins. A seguir defere requerimento do Senhor Deputado Rafael Greca, solicitando prorrogação de prazo, de acordo com o art.

Curitiba, terça, em 07.05.91

51, § 1º do Regimento Interno, para o Projeto de Lei n. 107/91. Passou-se, então, à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 134/91, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n. 135/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n. 138/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Requerimento de autoria da Senhora Maria Aparecida Souza, resposta Senhor Governador ao Mandado de Segurança n. 14.321/90. Relator Deputado Durval Amaral. Requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 05) Projeto de 94/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n. 116/91, de autoria do Deputado João Preis. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
EVERLEI TEREZINHA CLETO
Secretária

REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Deputado Colombino Grassano DD. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O Deputado que este subscreve, designado relator do Projeto de Lei n. 107/91, que institui a Região Metropolitana de Curitiba, vem a presença de Vossa Excelência, requerer prorrogação de prazo para emissão de parecer, o que o faz com base no art. 51, § 1º do Regimento Interno, e sob o fundamento de que a mencionada proposição envolve matéria de alta indagação, exigindo, por isso, análise mais profunda e estudos mais acurados.

Nestes Termos
P. Deferimento
Sala das Comissões, em 22.04.91.
(a) RAFAEL GRECA

Curitiba, 23 de abril de 1991.
Excelentíssimo Senhor Presidente.

Venho, pela presente apresentar a Vossa Excelência, minhas desculpas pelo não comparecimento hoje à sessão da C.C.J., uma vez que estou me dirigindo à cidade de

Pirai do Sul, que hoje comemora seu 45º aniversário, e cuja população prestigiou sobremaneira meu nome para essa Assembléia.

Contando sempre com minha integral colaboração a essa Comissão e a Vossa Excelência, me subscrevo.

Respeitosamente
(a) NELSON JUSTUS

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
DD. Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça
Assembléia Legislativa
Of. 323/91

Curitiba, 23 de abril de 1991.

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar minha justificativa em razão de compromissos inadiáveis assumidos junto à região que represento e deverão exigir minha presença nos dias, 23, 24 e 25 deste, o que inviabiliza meu comparecimento às reuniões dessa Comissão.

Na expectativa de poder contar com a sua compreensão, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente
(a) MÁRIO BEZERRA

A Sua Excelência o Senhor
Deputado COLOMBINO GRASSANO
Digníssimo Presidente da
Comissão de Constituição e Justiça
Neste Poder

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA

5.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente, na sala de reunião das comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ovídio Constantino, Luiz Carlos Martins, Emília Belinati, Antonio Costenaro, Plauto Guimarães, Durval Amaral, Hermas Brandão, José Tavares e Rafael Greca. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 144/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 17/91. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de

Lei n. 137/91, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur. Relator José Tavares. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n. 146/91, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury. Relator Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n. 120/91, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA ADITIVA - APROVADO. 05) Projeto de Lei n. 136/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 14/91. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Vista solicitada pelo Deputado Hermas Brandão. DEFERIDO. 06) Projeto de Lei n. 69/91, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário. Relator Deputado Rafael Greca. Vista solicitada pelo Deputado Luiz Carlos Martins. DEFERIDO. 07) Projeto de Lei Complementar n. 077/91, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana e outros. Relator Deputado Rafael Greca. Procedida a leitura do Parecer, houve apartes dos Senhores Deputados José Tavares e Antonio Costenaro. Após os esclarecimentos do Relator, Senhor Deputado Rafael Greca, o Senhor Deputado José Tavares, vota com o Relator, manifestando, contudo, sua preocupação. O Senhor Deputado Rafael Greca, solicita um acompanhamento da cessão dos royalties por uma Comissão do Estado especializada, pois terão municípios que receberão muitos recursos, e não queremos o desperdício dos mesmos. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA - APROVADO. 08) Projeto de Lei n. 119/91, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio. Relatora Deputada Emília Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Antes de encerrar a reunião, o Senhor Presidente agradece ao Senhor Deputado Rafael Greca, pela memória do patrimônio histórico, pela linha vermelha, inaugurada no último dia 04 de maio do corrente, pela manhã. A Assembléia Legislativa, tem homens de inteligência e de cultura, aqui representados na pessoa do Senhor Deputado Rafael Greca e que recebe neste momento, bem como o Prefeito Jaime Lerner, a homenagem desta Comissão, por mais essa realização. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
EVERLEI TEREZINHA CLETO
Secretária

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		Legislativa.....	
Receita tributária	0,00	Judiciária.....	417.287.316,50
Receita de contribuições	0,00	Administração e planejamento.....	0,00
Receita patrimonial	0,00	Agricultura.....	0,00
Receita agro-pecuária	0,00	Comunicações.....	0,00
Receita industrial	0,00	Defesa nacional e seg. pública.....	0,00
Receita de serviços	0,00	Desenvolvimento regional	0,00
Transferências correntes	570.000.000,00	Educação e cultura.....	0,00
Outras receitas correntes	0,00	Energia e recursos minerais.....	0,00
	570.000.000,00	Habitação e urbanismo.....	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		Indústria, comércio e serviços.....	0,00
Operações de crédito	0,00	Relações exteriores.....	0,00
Alienação de bens móveis e imóveis.....	0,00	Saúde e saneamento.....	0,00
Transferências de capital.....	0,00	Trabalho.....	0,00
Outras receitas de capital	0,00	Assistência e previdência.....	0,00
	0,00	Transporte.....	0,00
	0,00		417.287.316,50
EXTRAORÇAMENTÁRIA		EXTRAORÇAMENTÁRIA	
		Restos a pagar	
		Pagamentos.....	0,00
		Cancelamentos.....	0,00
			0,00
Débitos de tesouraria.....	0,00	Débitos de tesouraria.....	0,00
Depósitos de diversas origens.....	288.989.132,45	Depósitos de diversas origens.....	378.974.835,64
Fundos especiais	0,00	Fundos especiais	0,00
Contas a regularizar.....	0,00	Contas a regularizar.....	0,00
Contas do realizável.....	0,00	Contas do realizável.....	0,00
Acordos e convênios.....	0,00	Acordos e convênios.....	0,00
Créditos de Despesas a Pagar		Débitos de despesas a pagar	
Fornecedores.....	53.214.606,51	Fornecedores.....	55.012.581,81
Despesas com pessoal.....	447.154.366,83	Despesas com Pessoal.....	505.530.175,58
Outras despesas a pagar.....	0,00	Outras despesas a pagar.....	0,00
	500.368.973,34		560.542.757,39
	789.358.105,79		939.517.593,03
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR		SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
CAIXA		CAIXA	
Bancos.....	0,00	Bancos.....	0,00
Vinculado em contas cor.bancárias ..	683.071.374,09	Vinculado em C/Correntes Bancárias.	685.624.570,35
Títulos a receber.....	0,00	Títulos a receber.....	0,00
Devedores diversos.....	0,00	Devedores diversos	0,00
Diversos responsáveis.....	0,00	Diversos responsáveis.....	0,00
	683.071.374,09		685.624.570,35
TOTAL		TOTAL	
2.042.429.479,88		2.042.429.479,88	

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DAT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

RESUMO